A PRESENÇA DE LUTERO NO BRASIL: O PODER DA FÉ, A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E A EDUCAÇÃO

LUTHER'S PRESENCE IN BRAZIL: THE POWER OF FAITH, THE GERMAN IMMIGRATION AND EDUCATION

LA PRESENCIA DE LUTERO EN BRASIL: EL PODER DE LA FE, LA INMIGRACIÓN ALEMANA Y LA EDUCACIÓN

ADEMIR VALDIR DOS SANTOS^I
ELCIO CECCHETTI^{II}

RESUMO Este estudo objetiva discutir, com base nas relações entre imigração alemã, luteranismo e instituições escolares, o processo histórico de incorporação de concepções educacionais de Lutero e sua influência na fundação de escolas no sul do Brasil, num período entre a segunda década do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É embasado em referencial bibliográfico e por pesquisa documental, que usa fontes referentes à criação de escolas. As análises são parametrizadas por textos de Lutero e estudos que tratam de nexos entre religião e escolarização. Os resultados evidenciam a importância atribuída por Lutero à escola, caracterizando-o como um reformador religioso da Educação. E indicam que a criação de escolas por comunidades com imigrantes alemães luteranos em áreas meridionais do Brasil pode ser justificada pelo seu fundamento em concepções de Lutero. As escolas foram fundadas para que as crianças e jovens pudessem acessar os princípios da religião e enfrentar a vida em um país de hábitos culturais diferentes. Tanto no contexto do Império como no republicano, esses motivos foram reforçados pela ausência de instituições de instrução primária mantidas pelo governo. Sobretudo, as escolas comunitárias erigidas em meio às colônias representaram respostas à solicitação divina de intervir na educação humana de acordo com a fé, podendo ser vistas como fruto do luteranismo.

PALAVRAS-CHAVE: MARTINHO LUTERO; IMIGRAÇÃO; EDUCAÇÃO; FÉ.

^I Universidade Federal de Santa Catarina.

^{II} Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Abstract This study aims to discuss, based on the relationships between German immigration, Lutheranism and school institutions, the historical process of incorporating Luther's educational conceptions and their influence in the opening up of schools in southern Brazil in a period between the second decade of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century. It is based on bibliographic references and documental research that uses sources related to the creation of schools. Analyzes are parameterized by texts of Luther and studies that deal with the nexuses between religion and schooling. The results evidence the importance attributed by Luther to the school, characterizing him as a religious reformer of Education. And they indicate that the establishment of schools by communities with German Lutheran immigrants in southern areas of Brazil can be justified by their bases in Luther's conceptions. Schools were founded up according to a way that children and young people could access the principles of religion and face life in a country of different cultural habits. Both in the context of the Empire and in the Republican, these motives were reinforced by the absence of primary education institutions maintained by the government. Above all, the community schools established in the midst of the colonies represented responses to the divine request to intervene in human education according to faith, and can be seen as the fruit of Lutheranism.

KEY-WORDS: MARTIN LUTHER; IMMIGRATION; EDUCATION; FAITH.

RESUMEN Ese estudio intenta discutir, con base en las relaciones entre inmigración alemana, luteranismo e instituciones escolares, el proceso histórico de incorporación de concepciones educacionales de Lutero y su influencia en la fundación de escuelas en el sur de Brasil, en el marco de la segunda década del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX. Toma por base el referencial bibliográfico y la investigación documental que utiliza fuentes referentes a la creación de escuelas. Los análisis son parametrizados por los textos de Lutero y estudios que tratan de nexos entre religión y escolarización. Los resultados evidencian la importancia atribuida por Lutero a la escuela, caracterizándolo como un reformador religioso de la Educación. Indican que la creación de escuelas por comunidades de inmigrantes alemanes luteranos en áreas meridionales de Brasil puede ser justificada por su fundamento en concepciones de Lutero. Las escuelas fueron fundadas para que los niños y jóvenes tuviesen el acceso a los principios de la religión y tuviesen condiciones de enfrentar la vida en uno país de hábitos culturales distintos. Tanto en el contexto del Imperio cuanto en la República, estos motivos fueron reforzados por la ausencia de instituciones de instrucción primaria estatales. Sobre todo, las escuelas comunitarias erigidas en medio a las colonias representaron respuestas a la solicitud divina de intervenir en la educación humana de acuerdo con la fe, pudiendo ser miradas como fruto del luteranismo.

PALABRAS-CLAVE: MARTIN LUTERO; INMIGRACIÓN; EDUCACIÓN; FE.

INTRODUÇÃO

Erziehung ist ein weltlich Ding. Podemos traduzir esta frase do alemão para o português como “A Educação é uma coisa mundana”. Neste caso, o adjetivo indica aquilo que é próprio do mundo material, estabelecendo um distanciamento do plano espiritual. Já, segundo Volkmann (1984, p. 95), a afirmação também nos encaminha a uma problemática que pode ser configurada em três perguntas: “A quem cabe a tarefa da educação? À igreja ou ao Estado? À autoridade secular ou à autoridade espiritual?”

Tais questionamentos foram objeto de análise da palestra proferida pelo pastor Martin Volkmann, durante um Concílio Regional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), realizado no Paraná, em 1983, que tinha como tema Lutero e a Educação. Para respondê-los, apoiou-se principalmente numa perspectiva que dialoga com a Teologia. De início, ponderou que discutir a contribuição de Lutero para a Educação evoca opiniões contraditórias, mas que não há como negar o efeito da Reforma no campo educativo, pois mesmo que se compreenda que o movimento tenha decorrido, acima de tudo, de uma reforma teológica, deixou marcas na estrutura eclesiástica e no sistema de ensino da época, bem como, no atual. Argumenta, ainda, referindo-se aos primórdios das comunidades luteranas no Brasil e a obras de Lutero que trataram da educação:

Nos primórdios da IECLB a criação de comunidades e de escolas acontecia conjuntamente; o pastor era muitas vezes simultaneamente professor e vice-versa; ainda hoje igreja e escola estão lado a lado em muitos lugares. Além disso, não se pode deixar de considerar que Lutero, em suas pregações e escritos, seguidamente aborda questões relacionadas com a educação, além de escrever alguns escritos em que ele enfoca concretamente problemas da educação e que foram chamados de ‘escritos pedagógicos’ (VOLKMANN, 1984, p. 94).

Podemos identificar nessas palavras uma defesa da materialização, por meio da simultânea fundação de comunidades religiosas e escolas, da íntima conexão entre o ideal luterano e o ensino. Em face disso, este estudo objetiva apresentar e discutir, com base nas relações entre imigração alemã, luteranismo e instituições escolares, aspectos do processo histórico de implantação das concepções educativas de Lutero e sua influência na criação de escolas no sul do país, em um arco cronológico situado entre a segunda década do século XIX e a primeira metade do século passado. Discorre sobre o modo como o pensamento luterano reverberou nas regiões meridionais, impulsionando a fundação de escolas para a formação da infância no contexto da imigração alemã. A investigação está embasada em pesquisa documental com fontes referentes à criação de escolas e à caracterização de suas práticas educativas. As análises são parametrizadas por aportes bibliográficos pertinentes, bem como, por textos de Lutero que tratam da educação.

LUTERO NOS TRÓPICOS: AS COMUNIDADES PROTESTANTES COMO MARCA IDENTITÁRIA

A história da chegada do protestantismo luterano ao Brasil está estreitamente relacionada à imigração alemã que ocorreu com mais intensidade durante o século XIX e meados do século XX. Inicialmente, uma política de atração de imigrantes alemães foi criada no Império. Do lado brasileiro, o trânsito de pessoas foi incentivado principalmente por motivos de ordem econômica, uma vez que havia a pretensão de substituir a mão de obra escrava, que até 1888 era predominante. Mas também foi alimentado pela ideia de que os alemães seriam bons colonizadores, civilizados cidadãos e até mesmo úteis soldados. Já da parte dos imigrantes, a possibilidade de que viessem a possuir pedaços de terra dentro do território brasileiro e de prosperar foram fatores que, entre outros, motivaram a sua vinda ao Novo Mundo.

Como premissa inserida neste contexto de imigração da Europa para o Brasil, um aspecto essencial a evidenciar é que entre os teutos havia uma parcela significativa de indivíduos cuja religião era a protestante luterana. Mas a chegada de fiéis praticantes de outra religião gerou problemas de várias ordens, porque o Brasil de então era uma nação oficialmente católica. Embora na *Constituição Política do Império do Brasil*, de 1824, constasse no artigo 179, inciso 5, que “Ninguém pôde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Pública”, no artigo 5 afirmava-se a oficialidade do catolicismo, ao mesmo tempo em que eram apresentados empecilhos para o culto público e visível de religiões diferentes: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior de Templo” (BRASIL, 1824).

Criou-se assim uma série de obstáculos para a efetiva prática do protestantismo, o qual, por força de lei, ficou confinado a ambientes privados. Note-se ainda que em conformidade com o Código Criminal do Império, na Parte Quarta, que tratava “Dos crimes policiaes”, no capítulo I – Offensas da religião, da moral, e bons costumes, constava um artigo relativo ao âmbito das práticas religiosas, referindo-se tanto às restrições aos ritos públicos não oficiais como às penalidades aplicáveis aos celebrantes:

Artigo 276. Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma fôrma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.

Penas – de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da fôrma exterior; e de multa de dous a doze mil réis, que pagará cada um (BRASIL, 1830).

As dificuldades para a vivência da fé luterana também se vinculavam aos casamentos, porque inicialmente eram considerados válidos somente aqueles celebrados perante o sacerdote católico, o que mudou a partir de 1863, quando os matrimônios realizados por um pastor, desde que este estivesse legalmente registrado perante o governo, passaram a ter

validade legal. Mesmo assim, casamentos mistos só podiam ser presididos por um padre e os filhos dessa união, obrigatoriamente, tinham que aderir ao catolicismo. Até mesmo direitos políticos estavam limitados aos acatólicos, como rezava o artigo 95 da Constituição de 1824: “Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se [...] III Os que não professarem a religião do Estado” (BRASIL, 1824).

Apesar das dificuldades então existentes, as primeiras comunidades luteranas de origem germânica foram se instalando. De acordo com Weingaertner (1997), em maio de 1824 chegaram ao Rio de Janeiro e se fixaram na região de Nova Friburgo os primeiros 300 imigrantes alemães, sendo a maioria luterana, acompanhados do pastor Friedrich Oswald Sauerbronn. Primeiro pastor luterano no Brasil, Sauerbronn recebia seus vencimentos do governo imperial. Também a colonização alemã do sul do Brasil iniciou naquele ano, com a chegada à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de um grupo que se fixou em São Leopoldo e que contou, desde o princípio, com a atuação do pastor Johan Georg Ehlers.

No território correspondente ao atual Estado de Santa Catarina, os primeiros imigrantes alemães chegaram em 1828 e fundaram São Pedro de Alcântara. Em 1829, foi fundada Rio Negro, em território que hoje integra o Paraná. Todavia, conforme Weingaertner (1997), embora várias famílias protestantes estivessem reunidas naquelas colônias, não chegaram a formar o que atualmente conhecemos por Comunidades Evangélicas. E posteriormente, entre 1846 e 1847, outras iniciativas de colonização ocorreram nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e, novamente, em Santa Catarina. Embora esses agrupamentos fossem de maioria luterana, não tiveram atendimento pastoral por 15 anos, pois pastores oriundos da Basileia (Suíça) chegaram a essas localidades apenas em 1861.

Ainda, de acordo com Weingaertner (1997), particularmente na região de Santa Catarina foram sendo constituídas comunidades isoladas. Em Blumenau, por exemplo, sete anos após sua fundação, que se deu em 1850, começou a atuar o pastor Rudolph Oswald Hesse. Já em Joinville, fundada em 1851, o pastor Jacob Daniel Hoffmann chegou no mesmo ano. A cidade de Brusque recebeu o pastor Johan Anton Heinrich Sandreczki em 1865; à Estrada da Ilha o pastor Heinrich Feinauer integrou-se em 1864; em 1888, chegou a São Bento do Sul o pastor Wilhelm Quast e, para a região denominada Brüderthal,¹ que era território da Colônia Dona Francisca, veio o pastor Wilhelm Lange, em 1886. Nesse mesmo ano, no Paraná, a cidade de Curitiba assistiu à formação de sua primeira Comunidade Evangélica, sob o encargo do pastor Friedrich Gaertner, que tinha como ocupação anterior a de professor. Note-se que essas comunidades espalhadas pelo território sulino eram independentes e tinham pouca ligação entre si.

Os pastores que assumiram a liderança nas comunidades enfrentaram um trabalho duro. Os imigrantes vinham de diferentes regiões da Europa e tinham tradições protestantes distintas, sendo alguns luteranos, outros reformados (um ramo que originalmente era

¹ A denominação *Brüderthal* significa Vale dos Irmãos e é devida ao fato de que o grupo de 111 alemães pertencia a uma vertente luterana chamada *Herrnhuter Brüdergemeine*, ou Igreja dos Irmãos Morávios. Oriundos da Volínia (atual Ucrânia), esses imigrantes vieram em consequência das perseguições religiosas que aconteceram no Império Russo no final do século XIX (PREFEITURA DE GUARAMIRIM).

luterano, mas que se formou com um cisma em 1555) e outros unidos (como se denominam aqueles integrantes da Igreja Unida da Prússia, que foi obra do rei Friedrich Wilhelm III, em 1817). Mas ressaltamos que havia uma base primeira, que se orientava no pensamento e na ação de Martinho Lutero. A Igreja Unida, por exemplo, resultado da fusão das igrejas luteranas e reformadas prussianas, nos territórios sob controle do rei da Prússia, foi estabelecida por ocasião das celebrações dos 300 anos do início da Reforma, que rememoravam a afixação das 95 teses de Lutero na igreja do castelo de Wittenberg.

De fato, foi somente a partir de 1881 que uma associação denominada *Evangelische Gesellschaft fuer die protestantischem Deutschen in Amerika* passou a mediar a vinda de pastores da Europa para as comunidades situadas no interior do Brasil. Também houve a atuação da chamada *Gotteskasten*, que se dedicou a remeter pastores luteranos para diversas regiões. Assim, o pastor Otto Kuhr, enviado pela *Gotteskasten*, aportou em São Francisco do Sul, em 1897, e iniciou imediatamente os trabalhos na comunidade de Estrada da Ilha. Os pastores enviados por essa organização eram todos formados no seminário de *Neuendettelsau* e adeptos da liturgia luterana da Baviera. Consta que dez pastores lideraram comunidades espalhadas por Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, entre o final do século XIX e início do século passado (WEINGAERTNER, 1997). Desse modo, a forma de organização de algumas das comunidades constituídas no Brasil tinha como um de seus alicerces a figura do pastor. Contudo, a presença de pastores com diferentes formações e procedências gerou conflitos.

Em 1896, aconteceu a 1ª. Conferência Pastoral de Santa Catarina, congregando os pastores locais até então chegados. Tais conferências aconteciam duas vezes ao ano e tratavam do trabalho eclesiástico e de estudos teológicos. Mas também geraram fatos importantes para a fixação e difusão das ideias luteranas. Por exemplo, naquela primeira reunião os presentes decidiram assumir dois jornais que já vinham sendo publicados: *Der Urwaldsbote*, que era editado desde 1893 e o *Sonntagsblatt fuer di Evangelischen Gemeinden in Santa Catarina*, este com início de atividades datado de 1895. A imprensa configurou um elo fundamental entre as comunidades evangélicas. Por sua vez, os pastores do *Gotteskasten*, que chegaram mais tarde, também fundaram uma Conferência Pastoral Luterana, em 1899, e portanto, não se associaram aos demais pastores ativos. Além disso, em 1905 lançaram seu próprio jornal eclesiástico: *Evangelisch Lutherisches Gemeindeblatt*. E no mesmo ano acabaram por fundar seu próprio sínodo, denominado Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados.

Seguindo outra orientação, mesmo que no âmbito comum de propagação da fé luterana, os outros pastores fundaram, em 1911, o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, denominado ainda de Associação das Comunidades. Seguiam o exemplo do que já havia ocorrido no Estado vizinho do Rio Grande do Sul, onde o Sínodo Rio-Grandense da Igreja Evangélica Alemã havia sido fundado em 1886. As divergências de origem confessional, que de certo modo foram importadas da Europa, persistiram até 1949, quando os Sínodos então existentes no Brasil se uniram e fundaram a Federação Sinodal que, no ano seguinte, adotou o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Os caminhos de penetração e institucionalização do luteranismo nas regiões meridionais de nosso país foram variados. Como exemplo de outro percurso histórico, remetemos às pesquisas de Weiduschadt (2012), que se debruçam sobre a “formação educativa religiosa luterana” em área colonizada por imigrantes alemães pomeranos, no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século passado, considerando a instalação do denominado Sínodo de Missouri e de escolas paroquiais associadas. Conforme se sublinha, fundado por imigrantes alemães oriundos da Saxônia que se radicaram nos Estados Unidos no século XIX, o Sínodo de Missouri é marcado por um caráter ortodoxo quanto à profissão de um luteranismo, cujos fundamentos religiosos cristãos estão centrados na exaltação de Lutero e da Reforma. A sua institucionalização no sul do Brasil viria a originar, em 1904, a denominação Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), num processo que foi marcado por competições tanto com o Sínodo Rio-Grandense, o qual congregava pastores oriundos da Alemanha que havia tempos atuavam em regiões de imigração teuta, quanto com as Igrejas Independentes, configuradas nas áreas de colonização germânica onde a comunidade, na ausência de um pastor com vínculo institucional definido, elegia um leigo para presidir os serviços religiosos. Historicamente, essas diferentes instituições podem ser compreendidas como expressão das várias tendências de associativismo que se opunham ao catolicismo em território europeu e que reverberaram em nosso país.

A chegada do luteranismo filiado ao Sínodo Missouri ao Rio Grande do Sul é devida à política de expansão missionária e ao empenho institucional na formação de pastores e professores, uma vez que se calcavam na antissecularização da igreja e da educação. Segundo Weiduschadt (2012, p. 38-39), em 1900 foi enviado o pastor C. J. Broders, que primeiro estabeleceu boas relações com um pastor do Sínodo Rio-Grandense descontente com o descaso pastoral e a atuação do independentismo na região e, posteriormente, obteve aceitação de moradores locais, reunindo as condições para suportar o primeiro empreendimento do Sínodo:

Então, no dia 1º de julho de 1900 é fundada a primeira comunidade do Sínodo de Missouri na América do Sul [...] depois, o pastor Broders começa a propaganda pelas colônias da região meridional do Rio Grande do Sul, no interior de Pelotas e São Lourenço do Sul, onde grande parte é de descendência pomerana.

Cabe destacar que o arranjo social e cultural daquela região era composto pelas componentes culturais que permitiram o aflorar histórico de uma formação que amalgamava a fé e a educação:

As primeiras comunidades na região sul do Estado do Rio Grande do Sul que aceitaram fazer parte do Sínodo de Missouri possuíam as características do movimento imigratório. Eram organizadas em pequenas propriedades cujos membros eram agricultores. Mantinham um sistema de agricultura familiar com famílias, em geral, numerosas, por isso havia muitas crianças que deveriam frequentar a escola (WEIDUSCHADT, 2012, p. 40).

Por conseguinte, como forma de consolidação, quer no campo religioso quer no educacional, os pertencentes ao Sínodo de Missouri construíram uma representação de que compunham a verdadeira igreja luterana. Calcados na rigidez doutrinária ortodoxa, buscaram estratégias de fortalecimento da escola, chegando a fundar um seminário para professores e pastores, que embora de atuação efêmera, pode ser visto como emblemático do empenho formativo de fundo religioso luterano.

E considerando, também, o papel que a imprensa teve para o revigoramento das relações entre as comunidades luteranas vinculadas à IELB, cabe referenciar os estudos de Weiduschadt (2013; 2012) em que analisa o impacto da revista *O Pequeno Luterano*, editada pelo Sínodo de Missouri. Circulando no Rio Grande do Sul, entre 1931 e 1966, foi destinada a crianças luteranas das escolas vinculadas e objetivou formar uma rede de crianças leitoras e escritoras tendo por base práticas de leitura de matiz educativo-religioso. Segundo conclui, a escola paroquial e, mais tarde, a escola dominical, foram locais estratégicos para a conquista de leitores, atendendo às perspectivas doutrinárias de fundo religioso do veículo. Ainda, conforme a autora, vários foram os impressos produzidos nesse contexto: “Publicaram-se revistas infantis, revistas juvenis, almanaques, anuários, jornais e periódicos para os adultos. A revista infantil *O Pequeno Luterano* contemplava práticas educativas realizadas na escola e na igreja” (WEIDUSCHADT, 2013, p. 162).

Embora essas histórias da institucionalização da religião de base luterana sejam um dos fundamentos da fixação das ideias de Martinho Lutero nas terras brasileiras, é importante lembrar que em muitas regiões eram os próprios fiéis que necessitavam organizar sua vida religiosa, pois não havia pastores.

A chegada de imigrantes alemães protestantes marcou o início da presença das ideias de Lutero no país, uma vez que trouxe a herança da fé. Mas isso não significou, como vimos, que a presença de não católicos fosse algo tranquilo. Entretanto, mesmo diante de um ambiente hostil, a fé de base protestante, somada aos fundamentos ético-morais de conduta propostos por Lutero, se mantiveram por meio da vivência religiosa individual e coletiva entre os imigrantes alemães e sua descendência. Fischer (1984, p. 60) indica dois documentos fundamentais para a manutenção do luteranismo no Brasil: a Bíblia, na versão traduzida pelo próprio Lutero, e os hinários utilizados nos ritos.

Primeiro, Lutero estava presente mediante a Bíblia, que os imigrantes trouxeram em língua alemã, na tradução de Lutero. A ‘Bíblia de Lutero’ (*Lutherbibel*) sempre foi uma espécie de tesouro nacional dos evangélicos que falam alemão. Ocupara, por isso, um lugar de destaque em sua vida de fé. Lutero, o tradutor da Bíblia, foi aquele que possibilitou o acesso direto do povo à mensagem bíblica, sem a Igreja-instituição como intermediária. Segundo, Lutero estava presente mediante os seus hinos. Durante muito tempo eles foram cantados em língua alemã. Inicialmente foram usados hinários da Alemanha. Mais tarde hinários em língua alemã foram impressos aqui. O hinário da IECLB em língua alemã, na edição de 1958, contém entre seus 387 hinos 20 que são de Lutero.

A obra de Klug, estudioso do luteranismo em Santa Catarina, cujo prefácio foi assinado por Martin Dreher, outro pesquisador da temática, reafirma a função de escritos de cunho religioso na nutrição de uma identidade espiritual vinculada à manutenção da existência comunitária:

Em sua bagagem, os imigrantes pouca coisa traziam. O pouco, porém, muitas vezes caracteriza o grupo. Nesse sentido merece ser destacada a bagagem religiosa. Nos baús dos imigrantes, encontramos, na maioria das vezes, dois, por vezes, três livros. O Hinário, o livro de cânticos religiosos, o Catecismo Menor de Lutero e a Bíblia. [...] A partir desses livros, a religiosidade continuou a ser nutrida e mantida. Como a vida religiosa provoca a comunitariedade e possibilita sobrevivência, quase que ao natural, os imigrantes reorganizaram sua vida religiosa no Brasil (KLUG, 1994, p. 14).

De um hinário luterano, documento entendido como auxiliar na construção de um específico pertencimento religioso, extraímos versos que mostram a invocação do olhar divino sobre a realidade que os imigrantes se defrontavam, aludindo a uma nova pátria onde poderiam realizar os seus ideais, sendo preciso perseverar:

Ó Deus onipotente,
A Tua mão clemente
Governe o nosso lar!
A pátria estremecida,
a Igreja em Ti unida
Benigno queiras amparar! (Hinos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, [s.n.t.]).

Entendemos que, como consequência, o fato de ser protestante luterano em terras tradicionalmente católicas gerou um fator de identidade própria dos imigrantes alemães. Entre os documentos encontrados nesta pesquisa, foi localizada uma “Carteira de Identidade Eclesiástica”, expedida pela Comunidade Evangélica de Corupá,² no Estado de Santa Catarina, que atestava o pertencimento à comunidade luterana da família de August Neitzke (COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CORUPÁ, [194?]) (Figura 1). Assim, o pertencimento religioso, como elemento formativo e identitário étnico, constituiu a organização social comunitária vinculada à imigração e serviu para distinguir os seguidores de Lutero.

² O atual município de Corupá, situado no nordeste catarinense, integrava uma antiga colônia de imigrantes alemães, fundada em 1897, e originalmente se chamava Hansa Humboldt.

Figura 1 – Carteira de Identidade Eclesiástica – [194?]

Fonte: Arquivo privado.

O fenômeno religioso é ao mesmo tempo individual e social, pessoal e comunitário. No seu seio há sempre uma incessante inter-relação e interação do indivíduo com o grupo social e vice-versa, entre um membro da comunidade e esta como um todo. Ou seja, conecta-se fortemente a estrutura social à estrutura religiosa. E daí deriva um potencial na caracterização de objetivos e na organização de ações humanas, que assim podem ser geradas e mantidas, sob a influência religiosa, no interior de uma dada sociedade:

[...] a complexidade da estrutura social de uma religião depende intimamente da própria complexidade das estruturas sociais de que ela faz parte. Uma sociedade em progresso tende a se diferenciar e se organizar: uma judiciosa distribuição de funções acarreta maior eficiência na execução de tarefas cada vez mais complexas. A essa diversificação de funções corresponde uma diversificação de poderes – daí o aparecimento de vários graus de participação na vida do grupo, cada qual com seus respectivos direitos e deveres (LAGENEST, 1976, p. 37).

Também na profunda análise que Fernández-Armesto & Wilson (1997, p. 397) fazem do fenômeno da Reforma e de seus impactos por 500 anos de história da humanidade, há concordância com o fato de que “Os valores e crenças evangélicos permeavam a sociedade, porém de forma imperfeita, e é esse o motivo pelo qual se compilam impressões variadas nos relatos contemporâneos e nas análises históricas”.

Tal argumento vai ao encontro de outros estudos, como o de Gobbo (2001), que ao analisar a questão da continuidade cultural, educação e identidade religiosa de Waldesianos que migraram para a Itália, mostra como grupos minoritários tendem a se diferenciar justamente por constituírem minorias religiosas e migratórias, indicando o papel da escola no processo:

A pergunta que eu fiz a mim mesma foi o quanto o processo de escolarização e o ideal de educação ainda tiveram um papel significativo no processo de aquisição de identidade como um waldesiano – dado que ao longo do ano tantas coisas mudaram no contexto político, social, cultural e educacional nos vales e na nação italiana inteira (GOBBO, 2001, p. 31, tradução dos autores).

A CRIAÇÃO DE ESCOLAS COMO RESPONSABILIDADE SECULAR SOB INSPIRAÇÃO RELIGIOSA

Com base nos argumentos anteriores, passamos a tratar de uma das iniciativas comunitárias dos luteranos, característica de seu movimento de sobrevivência cultural e inserção na sociedade brasileira: a criação de escolas próprias.

A importância atribuída por Lutero à escola é revelada com base em dois textos clássicos, que permitem posicioná-lo também como um reformador religioso da Educação: *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha* para que criem e mantenham escolas cristãs (1524) e *Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola* (1530). Na análise de Beck (1995, p. 301), essas conhecidas cartas de Lutero evidenciam, sobretudo, a preocupação com a educação cristã das novas gerações:

Estes escritos não chegam a formular uma teoria cristã de educação. Servem, porém, para justificar o empenho pela boa educação que tem caracterizado as comunidades e os líderes luteranos desde a Reforma. Como Lutero, sentimo-nos responsáveis pelas gerações futuras. É por isso que lutamos na e pela educação.

Volkman (1984) também ressalta a importância desses escritos, mas nos sugere que caminhemos para além da análise das questões contidas no discurso de Lutero que conduzem a entendê-lo como um “pedagogo” que impulsionou o desenvolvimento educacional. Em termos adicionais, nos adverte quanto a uma chave de leitura do pensamento reformador luterano parametrizada por perspectivas teológicas, nutridas pela fé:

Importa ver as colocações pedagógicas de Lutero a partir de suas conclusões teológicas. Em outras palavras: Se Lutero chega a se manifestar sobre problemas da educação, então ele o faz a partir de sua descoberta reformatória. Se a educação entra no âmbito da reflexão de Lutero, então porque a fé cristã tem algo a ver com estas questões. Em última análise, a educação é vista sob o prisma da fé (VOLKMANN, 1984, p. 94-5).

Fato é que um investimento na educação ocorreu nas colônias de imigrantes alemães situadas nas terras do sul do Brasil, durante os séculos XIX e XX, notadamente onde havia um percentual elevado de luteranos instalados. As gerações adultas defendiam a necessidade de escolas para que seus filhos tivessem acesso aos fundamentos da fé, além de serem formados para enfrentar as dificuldades da vida num país estranho e de hábitos culturais diferentes.

No depoimento coletado, em 1998, com um descendente de imigrante luterano da primeira geração, Willy Julio Otto Früchting, que então contava 86 anos de idade, nota-se

o que motivava o empenho da comunidade em erigir uma escola na colônia catarinense Hansa Humboldt:

[...] foi muito custoso fazer aquela escola. Meu pai sempre contava que eles ali arrumaram o pedreiro que era colono. [...] Pediram para ele fazer a escola, e ele fez, fez bem barato, cobrava pouco por dia. E daí os colonos ajudavam: um ajudava hoje, amanhã outro. Iam se unir para não gastar nada! Eles queriam mandar as crianças para escola. Meu pai ajudou, todos ajudaram. [...] Lá tinha uma sociedade escolar. [...] Ela construiu isso para dar um pouco de escola para os filhos. [...] Os filhos nascem, crescem, e não tem escola!

Essas memórias, que guardam semelhanças a aspectos da argumentação do próprio Lutero, podem ser vistas como reminiscências ainda vigorosas do teor da carta de 1530, no qual buscar garantir a ida das crianças à escola é tratado como um compromisso para com Deus: “Uma coisa é certa: quando se ajuda, estimula e encoraja crianças a irem à escola e ainda quando se contribui para tanto com dinheiro e conselho para que isso se torne possível, a isso se chama, sem dúvida, ter levado e encaminhado os filhos a Cristo” (LUTERO, 1995, p. 330). Por meio de suas palavras, que ecoaram na fala do descendente de imigrantes alemães, Lutero havia alertado para o fato de que não enviar os filhos à escola contribui para a destruição do santo Evangelho e do Reino de Deus, ou no mínimo gera obstáculos para que a vontade divina seja realizada neste mundo; em suma, corresponde a uma das estratégias de Satã em seu ataque à humanidade: “Entre suas artimanhas uma das mais importantes (se é que não é a mais importante) consiste em aturdir e enganar as pessoas simples de tal maneira que não queiram mandar seus filhos à escola nem encaminhá-los para o estudo” (LUTERO, 1995, p. 331).

Aliás, a vigorosa exortação de Lutero para que os pais mandem seus filhos à escola enfatiza, com base em várias referências ao Antigo e ao Novo Testamento, tanto o compromisso educativo cristão que deve ser executado nos lares, como aquele atribuído às escolas, pois assim se atenderá à suprema vontade divina e se contribuirá para a manutenção do que prescrevem as palavras sagradas.

Deus não deu os filhos e seu sustento somente para teu prazer ou para educá-los para a pompa do mundo. **Exige-se de ti seriamente que os eduques para o serviço de Deus**, ou então serás erradicado com filhos e tudo, de modo que seja condenável tudo o que investes neles, como diz o primeiro mandamento: ‘Visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam’ [Êx 20.5]. **Como, porém, poderás educá-los para o serviço de Deus, se o ministério da pregação e o estado eclesiástico jazem por terra e caíram no abandono? E por tua culpa, pois poderias ter dado tua contribuição e ajudado a preservá-lo se tivesses mandado teu filho estudar. Pois, se tens condições de fazê-lo e teu filho é capaz e tem vontade de estudar, e não o fazes, antes o impedes – escuta bem! – então és culpado do dano pelo desaparecimento do estado eclesiástico e do fato de nem Deus nem a palavra de Deus permanecerem no mundo.** Pois quanto depende de ti, tu o deixas desaparecer, **porque não queres entregar teu filho para esse fim** (LUTERO, 1995, p. 335-6, grifos dos autores).

No contexto da imigração, essas perspectivas encontraram reforço no baixíssimo número de escolas de instrução primária para a população brasileira naquele momento histórico (cf. WEREBE, 1995; NAGLE, 1997). Ou seja, a raridade de ações de oferta, pelo governo brasileiro, de escolas para o povo, se somava, no plano das ideias, ao não atendimento à exortação de Lutero para que o Estado abrisse e mantivesse escolas. Desse modo, configurava-se sobre duas bases a realidade da ausência da necessária formação escolar. Isso impulsionou vigorosamente os imigrantes e seus descendentes a lutarem pela abertura e manutenção de suas próprias escolas, já que não se podia admitir que faltasse educação às crianças. Ao mesmo tempo, eram raras as instituições existentes, seja no período imperial como republicano. Portanto, o governo brasileiro – e católico – não atendia àquela solicitação tão veemente de Lutero para que escolas fossem abertas e mantidas, que reverberava nas mentes dos luteranos. O ideário luterano vinculava o progresso aos valores e às qualidades do homem que somente uma boa educação poderia prover.

Por isso certamente será da competência do conselho e das autoridades dedicar o maior cuidado e o máximo empenho à juventude. A eles, como curadores, foram confiados os bens, a honra, corpo e vida de toda a cidade. Portanto, não agiriam responsabilmente perante Deus e o mundo se não buscassem, com todos os meios, dia e noite, o progresso e o melhoramento da cidade. Agora, o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras. [...] Muitos antes, o melhor e mais rico progresso de uma cidade é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem-educados (LUTERO, 1995, p. 309).

A criação de um sistema de escolas nas comunidades de imigrantes alemães luteranos que se instalaram no Sul do Brasil pode ser justificada no seu embasamento em concepções de Lutero. A obra de fundação de uma escola é fruto da fé. Klug (1997, p. 47), em seu estudo sobre as escolas teuto-catarinenses, evidencia essa preocupação ao constatar que dirigentes e líderes da igreja luterana acreditavam que a confessionalidade estaria ameaçada se a educação fosse negligenciada, já que “o analfabetismo não poderia conviver com o luteranismo”. Por isso, afirmamos que, em decorrência, os imigrantes luteranos e seus familiares se lançaram às tarefas seculares alimentados espiritualmente pelo ideário luterano, empenhando-se para criar e manter escolas e conscientizar as famílias sobre a importância de enviar àquelas os seus filhos. As escolas erigidas em meio às colônias representavam a resposta, já que se tratava de atender a uma solicitação divina, de intervir na educação humana à luz da forte crença. Deriva deste contexto de íntimas relações entre fundamento religioso, igreja e educação, no cenário da imigração germânica para o sul brasileiro, o surgimento e atividade das denominadas escolas alemãs. Essa designação, sob uma compreensão um tanto quanto ampla, comporta uma variedade de iniciativas associativas e comunitárias de criação de escolas por imigrantes alemães e seus descendentes, no meio rural e urbano, que podiam ser filiadas à igreja católica ou a vertentes do protestantismo luterano, marcadas por práticas curriculares e pelo uso do idioma estrangeiro nas relações intraescolares.

Nesse sentido, Santos (2014) argumenta, numa análise de cunho histórico, que se inicialmente aquelas instituições eram entendidas como típicas “escolas alemãs”, com o passar do tempo, notadamente durante as primeiras décadas do século XX, serão compreendidas como teuto-brasileiras, ou seja, vão incorporando aspectos regionais e até mesmo a exigência de uso exclusivo da língua portuguesa, que as afasta da concepção de serem instituições “estrangeiras” em território brasileiro.

De acordo com Seyferth (1990, p. 53), as organizações escolares tiveram especial importância quando se trata dos modos de organização social e cultural entre os imigrantes alemães e, em boa medida, tinham vinculação com as igrejas luteranas ou católicas, sendo que, em 1930, havia mais de 1.200 “escolas alemãs”, incluindo uma maioria de escolas primárias, unidades situadas em meio urbano que ofertavam o ensino secundário e instituições de aperfeiçoamento ou profissionalizantes.

Numa análise detalhada sobre as escolas de imigrantes alemães espalhadas pelo sul brasileiro, instituições que também foram chamadas de escolas teuto-brasileiras, Müller (1994, p. 69) afirma que, em 1937, existiam 513 escolas evangélicas no Rio Grande do Sul, atendidas por cerca de 650 professores. Esse pesquisador também evidencia a ligação entre o fenômeno de criação de escolas e a influência de Lutero, bem como, os impactos positivos dessa iniciativa para a alfabetização da população:

Esses imigrantes produziram um mundo cultural próprio, desde 1824. Os imigrantes eram alfabetizados, a maioria era de confissão evangélica. Lutero, na Alemanha, pregando o ‘sacerdócio geral dos crentes’, tornara-se um semeador de escolas porque, no seu rompimento com a Igreja Católica ficou-lhe claro que cada crente soubesse ler para melhor entender a Bíblia, leitura diária indispensável. Essa busca da alfabetização foi transposta para o sul do Brasil onde o legado da alfabetização para a transmissão dos conhecimentos e a busca da sobrevivência cultural acabaram por criar a conhecida ‘Colônia Alemã de São Leopoldo’ e colônias em outras regiões do Estado, como a História o registra. (MÜLLER, 1994, p. 67).

Geralmente, a comunidade podia iniciar suas escolas ocupando os espaços construídos para outra finalidade, como as residências dos colonos. Mas com o passar do tempo, depois que os grupos de imigrantes já tinham conseguido erguer edificações mais elaboradas para residência, empenhavam-se em construir um prédio com infraestrutura específica para a sua escola. Há também relatos da opção por edificar uma construção que serviria ao mesmo tempo para os cultos e instruções religiosas e para abrigar a escola, o que deu origem às denominadas capelas-escola ou igrejas-escola.

Esse entrelaçamento entre igreja e escola nas colônias teutas foi também analisado por Klug (1997). De um lado, o autor constatou um intenso envolvimento de pastores com a questão escolar, motivados, sobretudo, por motivações etnoculturais. De outro, verificou o mesmo empenho por conta de razões teológicas, pois entendiam que a “educação era imprescindível na evangelização”; cita, como exemplo, um relatório de 30 de novembro de 1910, enviado ao Conselho Superior Eclesiástico de Berlim pelo pastor Zoellner, que assim se pronunciou:

No Brasil, escola e igreja estão estreitamente vinculados entre si. Para as questões alemãs evangélicas, tudo depende de se conquistar a escola e para a escola é de significado vital que haja uma igreja evangélica forte e atuante. Por esse motivo, eu penso que no Brasil deve-se abrir um caminho, da escola para a igreja (KLUG, 1997, p. 82; p. 85).

Desse modo, percebe-se que a educação era um sustentáculo da fé luterana, pois esta exigia uma escolaridade mínima que possibilitasse a leitura da Bíblia, do catecismo e do hinário. Assim, tão logo a colônia encontrava-se instalada, era necessário edificar tanto a escola quanto a igreja, já que ambas desempenhavam funções de idêntico valor na formação das novas gerações.

Sobre a criação de escolas em colônias de imigrantes no território do Estado de Santa Catarina, Santos (2008, p. 3-4) descreve o movimento de sua implantação numa área cujo povoamento foi feito por grupos de alemães de maioria luterana que ocuparam terras comercializadas pela Companhia Colonizadora Hanseática de Hamburgo (*Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft*):

Verificamos nos diversos relatórios enviados pela direção local da Colônia Hansa que em 1904, ou seja, dentro de um período de seis anos seguintes à fundação, já havia quatro escolas em Humboldt: na ‘cidade’ (*Stadtplatz*), na estrada Isabel (*Isabella-Strasse*), na estrada Paulo (*Paul-Strasse*) e na estrada Bonpland e Humboldt (*Bonpland und Humboldt Strasse*). Em outro distrito, Itajaí-Hercílio, também já funcionavam cinco escolas: Hammonia, Sellin, Rafael, Neu-Bremen e Neu-Zürich. Havia uma em São Bento e outra em Pirai (*Bericht der Kolonie-Direktion Hammonia...*, 1905, p. 13). Quanto a sua origem, algumas das escolas foram fundadas por associações ou sociedades escolares particulares (*Schulverein* ou *Schulgemeinde*), que tinham como membros as famílias locais, outras estavam vinculadas à igreja evangélica.

Quanto ao professorado que atuava nas escolas, há registros de que em alguns casos a docência era uma atividade a que se dedicava o pastor. Mas como a área geográfica em ocupação era grande, em diversos lugares o professor era indicado pelos próprios colonos, com a escolha recaindo sobre alguém com uma escolarização mais sólida e que podia trabalhar com as crianças.

No entanto, em algumas localidades mais prósperas foi possível contar com um professor vindo da Alemanha. E nas primeiras décadas do século passado começaram a atuar nas escolas professores formados em instituições brasileiras como os grupos escolares e institutos especializados em formação docente, parte dos quais foram criados com vinculação às associações religiosas.

O processo de criação de uma Associação de Professores, em 1898, bem como, de uma Escola Normal destinada à formação docente no Rio Grande do Sul, em 1923, é detalhado na obra de Rambo (1996). Para esse pesquisador, os primeiros setenta anos de experiência de fundação de escolas por imigrantes foram marcados pela implementação de instituições mais modestas, onde os professores que atuavam não possuíam, em geral, uma habilitação

profissional, embora fossem bastante dedicados ao trabalho escolar. Mas a necessidade histórica de discutir uma unidade curricular e de empregar professores com uma formação mais sólida gerou as condições para a fundação de instituições para a preparação dos docentes que atuavam nas escolas comunitárias das zonas coloniais.

Santos (2008) descreve ainda que, geralmente nos anos iniciais de funcionamento da escola, o ensino era feito em língua alemã, o currículo focalizava esse idioma estrangeiro e algumas disciplinas tratavam da cultura europeia. Os materiais didáticos incluíam livros importados ou produzidos em editoras locais, mas que os imprimiam no idioma estrangeiro. Relatórios localizados no Arquivo Estadual de Hamburgo (*Staatsarchiv Hamburg*), na Alemanha, que contêm descrições da atividade dos professores em colônias de Santa Catarina entre os anos de 1899 e 1911, mostram que nas escolas comunitárias primárias ativas nessa área do Sul brasileiro se ensinava Religião, Cálculo, Leitura, Ditado, Escrita, Redação, História Mundial, Português, História Natural, Canto, Trabalho Manual e Geografia (*AUSZUG...*, 1905).

Contudo, isso não significa que não fossem realizados estudos sobre aspectos da cultura brasileira e privilegiando a língua portuguesa. No relatório da direção de Hamônia, de 1904, consta que no último ano, o Ensino da Língua estava associado à disciplina de Português (*Portugiesisch*), o que evidencia a preocupação com sua utilização cotidiana na formação infantil. A História Natural (*Naturgeschichte*) era componente curricular apenas do terceiro e quarto anos, em que se estudavam os três reinos. Curiosamente, se mesclavam conteúdos tipicamente brasileiros. O professor dizia que se listavam exemplares próprios da fauna e flora do Brasil, como o Kolibri, referindo-se ao beija-flor, a Jakutinga, denominação para o jacu e outros animais como o Mico (espécie de pequenos macacos). Outra disciplina particular citada é a História Nacional (*Heimatkunde*), no terceiro ano, abordando a própria localidade onde se situava a escola, o Vale do Itajaí (*Das Thal der Itajahy*). Na quarta seção havia a disciplina de História, abordando a descoberta do Brasil e a constituição da própria colônia. O mesmo acontecia com a Geografia (*Erdkunde*), que tratava de aspectos do Vale do Itajaí, dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande, ao lado de conteúdos mais abrangentes como as diversas partes do mundo, os oceanos, as Américas do Sul e do Norte e a Europa (*JAHRESBERICHT 1904...*, 1905).

É apresentado ainda um relato de autoria do professor Moritz Haselhorst, da escola da estrada Isabel. Deixou claro que o ensino era em língua alemã e que esta era, ainda, o objeto de aprendizagem da leitura e da escrita. Narrando sobre seus procedimentos, afirma que na primeira seção ele lia trechos sobre a Geografia da América do Sul e brasileira. Outros textos, que o professor chamou de leituras leves, eram utilizados também para o ditado. Usava o livro de leitura e a escrita de cartas como recurso para a fixação dos conteúdos, bem como, uma gramática. Na prática da leitura, que era realizada em todas as manhãs, o professor lia por primeiro e depois exigia a leitura de cada uma das crianças; por fim, todos liam em coro. Já na terceira seção tinham a ajuda de uma cartilha e deviam praticar a leitura, a escrita e o cálculo. Nas horas de Canto, entoavam canções populares alemãs. Em Religião, o professor iniciava a leitura e posteriormente todos repetiam, conjuntamente.

Estudavam-se os Dez Mandamentos e outros trechos da Sagrada Escritura, que eram lidos em coro e que em seguida deviam ser anotados em um pequeno caderno. A história bíblica começava com a origem da vida, ou seja, conhecendo o livro do Gênesis.

Documentos localizados mostram que além das próprias comunidades de imigrantes, as empresas colonizadoras sediadas na Alemanha, como a Sociedade Colonizadora Hanseática, investiram na construção de escolas: um título definitivo de propriedade concedeu à Sociedade Escolar Rio Novo, localizada no nordeste do Estado de Santa Catarina, um lote colonial para a construção escolar (TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, 1918); um termo de obrigação datado de 1929, assinado pela diretoria da Sociedade Colonizadora, registrou o empréstimo de duzentos e cinquenta mil-réis, sem juros e para tempo indeterminado, feito à Sociedade Escolar *Paulstrasse* para que esta construísse o edifício para sediar as aulas (OBRIGAÇÃO, 1929). E ambas as escolas citadas eram vinculadas à Igreja Evangélica Luterana da colônia Hansa Humboldt.

Cabe lembrar que, ao longo do tempo, foi sempre aumentando a proporção de conteúdos ligados à realidade brasileira no currículo daquelas escolas instaladas em comunidades de imigrantes. Mas foi justamente essa ambiguidade no tratamento das questões culturais que acabou por construir uma visão de que o modo de funcionamento das chamadas escolas alemãs significava um obstáculo à construção da nação brasileira, antagonizando-as com o ideário nacionalista que surgiu e se firmou nas primeiras décadas do século passado.

De fato, as práticas pedagógicas escolares contribuíram para a perpetuação de uma identidade étnica que contrastava com o meio ambiente brasileiro. Além disso, para essa distinção entre os grupos de imigrantes e a população local, contribuíram vários fatores como a existência de outras instituições sociais e atividades culturais – além da escola – criadas e mantidas pelos estrangeiros. Podem-se citar as associações de canto, dança, ginástica, tiro ao alvo, bolão, a imprensa responsável pela circulação de jornais, revistas, almanaques e calendários em língua alemã e as igrejas protestantes. Todas essas entidades funcionavam como um cimento social que produzia solidariedade e coesão social, ancoradas na manutenção de hábitos e tradições culturais de origem germânica.

Por essas razões, os imigrantes alemães e seus descendentes foram perseguidos e vistos como uma ameaça, notadamente durante a campanha de nacionalização liderada pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), o Estado Novo. Nessa época, o nacionalismo, que vinha sendo nutrido desde os primórdios da República, foi ainda mais intenso. Em 1938, o funcionamento das escolas alemãs (ou estrangeiras) foi proibido por decretos federais, sendo afetados diversos aspectos fundantes de sua organização (BOUMENY, 1999, p. 158). Além disso, tentou-se banir o uso da língua alemã nas relações sociais e o funcionamento de todo tipo de instituição cultural de origem germânica. Quanto à onda de fechamento das escolas, Müller (1994, p. 71) informa que, em 1941, o seu número caiu de 513 para 120.

Todavia, a despeito do nacionalismo que buscou enfraquecer ou mesmo eliminar aspectos da constituição cultural presentes nas comunidades de origem estrangeira dentro do país, os fundamentos do pensamento de Martinho Lutero e a germanidade já tinham criado profundas raízes no Brasil. Kreutz (1994, p. 56-7) afirma que embora o governo

tivesse buscado fechar as escolas paroquiais teuto-brasileiras, o que mais ocorreu foi uma busca pela adaptação delas a um nacionalismo exacerbado. Assim, atribuir o fim da escola teuto-brasileira à campanha de nacionalização é uma afirmação errada, pois seria mais correto falar que aconteceu o aceleração das transformações históricas que aquele tipo de instituição acabaria sofrendo, tanto por causa da gradual expansão da oferta de escola pública nas primeiras décadas do século XX, como da sempre crescente integração entre a população de origem alemã e o “mundo externo”. Pois nesse processo, as comunidades foram alterando seus traços étnicos de base europeia em função da necessária aprendizagem do português, da vivência cotidiana extrafamiliar e das relações de trabalho na agricultura, comércio e indústria emergente. Fato é que, após aquele período de repressão, algumas escolas continuaram suas atividades como instituições privadas de ensino, outras como integrantes dos sistemas municipais e estaduais públicos.

Portanto, no processo histórico de circulação de ideias, o luteranismo chegou ao Brasil a partir do século XIX. Inicialmente, o pensamento de Martinho Lutero quanto à educação consolidou-se numa proposta de escola comunitária como um complemento natural à igreja, sobre uma base de orientação doutrinal que levou os imigrantes a edificar uma obra que afastasse as crianças do analfabetismo, mas, sobretudo, lhes dando as condições para que aprendessem as bases do luteranismo expressas na Bíblia e em outros documentos.

Depois disso, passados os momentos de perseguição às instituições escolares vinculadas à imigração estrangeira, novas instituições escolares de matriz luterana surgiram no cenário da educação brasileira. Para exemplificar, podemos lembrar que atualmente existe a Rede Sinodal de Educação,³ vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que preserva e se orienta por ideias de Lutero em defesa de uma escola formadora de bons cidadãos. Caracteriza-se assim um modelo de educação confessional no contexto brasileiro, que busca manter diferenciais e compromissos construídos ao longo da história. Isso demonstra que, no Brasil, o modelo de fé e educação proposto por Lutero, que chegou por intermédio da imigração alemã, continua gerando frutos.

A PERMANÊNCIA DO LUTERANISMO COMO EDUCAÇÃO GERAL E NA FÉ

Por fim, voltamos ao conjunto dos questionamentos iniciais presentes neste texto. Ao nosso ver, algumas das respostas foram construídas com base em aspectos descritos e analisados. Então, a quem cabe a tarefa da educação? Se considerarmos a carta elaborada por Lutero em 1524, *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs*, ratificamos as interpretações de Volkmann (1984, p. 95; 101), segundo as quais na medida em que Lutero se dirige às autoridades municipais, se evidencia que “[...] a tarefa da educação cabe à autoridade secular”; mas essa educação poderia ser entendida como uma “educação geral”, distinta de uma “educação na fé”.

³ A Rede Sinodal de Educação é, assim, o órgão responsável, na IECLB, pelo setor educacional escolar e universitário, prestando serviço às escolas vinculadas com Comunidades ou Paróquias Evangélicas. Ela é integrada por todas as 51 escolas filiadas [...] (REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO IECLB).

Nessa concepção, a educação geral é uma tarefa que cabe à família e à escola. À família porque Lutero diferenciou duas funções pedagógicas dos pais: a secular, que seria a educação geral e a espiritual, equivalente à pregação ou “instrução na fé” (VOLKMANN, 1984, p. 101-2). Na face secular da educação, devem atuar conjuntamente os pais e as autoridades seculares responsáveis pela organização e manutenção de escolas, conforme um preceito luterano:

Lutero escreve no prefácio do Catecismo Menor: ‘Aqui também debes insistir particularmente com as autoridades e os pais, para que governem bem e levem os filhos à escola, mostrando-lhes por que é sua obrigação fazê-lo e que pecado maldito cometem se não o fazem’ (VOLKMANN, 1984, p. 95).

Além disso, cabe à igreja o papel de admoestar as autoridades responsáveis para que “[...] elas assumam aquilo que lhes cabe por natureza”; assim, conjugando a tarefa dos pais com a ação das autoridades. Lutero apela à razão, para justificá-la como fundamento da tarefa educativa, que além de fazer parte da natureza humana, é função delegada: “À base da razão, à base do direito natural dado por Deus a cada pessoa, os homens compreendem não só *que*, mas também *como* devem educar” (VOLKMANN, 1984, p. 96; 95, grifos do autor). Ou seja, à educação geral corresponde a pedagogia enquanto matéria que fornece as orientações sobre os meios para educar o homem.

Quanto à educação na fé, inicialmente compete à família, sobretudo aos pais, uma vez que estes personificam a autoridade espiritual correspondente à igreja:

Em relação aos filhos eles fazem a vez do governante e do pastor. Numa prédica de 1528, Lutero afirma: ‘Os pais devem dar graças a Deus porque têm a tarefa de orientar os filhos tanto corporalmente, quanto espiritualmente’. Lutero chega a designar os pais de apóstolo, bispo, pastor. Portanto, a educação na fé cabe em primeiro lugar aos pais (VOLKMANN, 1984, p. 101).

E é evidente que à igreja, como autoridade espiritual por excelência, cabe, do mesmo modo, a tarefa contínua e perene da educação na fé, que se segue à ação formativa familiar e lhe acrescenta: “Como autoridade espiritual ela vive do evangelho e é responsável por sua divulgação. Mas como a fé não é uma posse, como sempre somos aprendizes na fé, a tarefa da igreja nunca termina. [...] Portanto, a igreja tem a incumbência de educar seus membros na fé (VOLKMANN, 1984, p. 101).

Destacamos, ao longo deste estudo, que a íntima associação entre a igreja e a escola, alimentada na ambiência das comunidades luteranas, independentemente das diferentes tradições e formas de associação adotadas, possibilitou o aparecimento e a continuidade histórica de uma perspectiva educacional capaz de unir a educação geral com a educação na fé. Pois embora ambas tenham sido distinguidas conforme um modelo didático explicativo, agem em conjunto. E cabe aos pais das crianças a tarefa de educar, uma vez que são convidados por Lutero a agir tanto no plano da autoridade espiritual como da secular. Porque os

pais devem iniciar seus filhos desde cedo na fé, mas depois é necessário enviá-los à escola. Segundo conclui Volkmann (1984, p. 102, grifos dos autores):

Na prática, porém, esta distinção não é tão relevante, pois as duas acontecem conjuntamente. **O confronto com o evangelho acontece em meio à educação geral; a instrução na fé é também educação.** Mas o que esta distinção deixa claro é que Lutero entende toda a educação a partir desta função espiritual dos pais. **Educação não é uma coisa separada da fé.** Pelo contrário, **para Lutero toda a educação é determinada pela fé.** Em outras palavras: o que é educar isto se compreende a partir da fé, a partir do confronto com o evangelho.

Nos termos complementares de Volkmann (1984, p. 102): “Com isso, apesar de a educação ser *ein weltlich Ding*, Lutero pleiteia, a partir da fé, a partir do confronto com a palavra uma nova forma de ensinar e de viver”. Corroborando com tais afirmações, caminhamos na direção de reafirmar que as relações entre o pensamento de Lutero sobre a educação, a imigração alemã que trouxe para o sul do Brasil o luteranismo, e o processo de criação e manutenção de escolas nas comunidades de religião luterana constituem um amálgama histórico catalisado pela fé.

REFERÊNCIAS

BECK, N. L. J. Educação. In: LUTERO, M. **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, v. 5, 1995, p. 299-301.

BOUMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137-166.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. **Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

DREHER, M. N. **Reflexões em torno de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, v. II, 1984.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. WILSON, D. **Reforma: O cristianismo e o Mundo 1500-2000**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FISCHER, J. Quem é Lutero no Brasil? In: DREHER, M. N. (Org.). **Reflexões em torno de Lutero**, v. II. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 53-77.

GOBBO, F. Cultural Continuity, Education, and Religious Identity: the Case of the Italian Waldensians. In: KUCERA, M; ROCHEX, J.; STECH, S. **The Transmission of Knowledge as a Problem of Culture and Identity**. Prague: The Karolinum Press, 2001, p. 27-49.

IECLB PORTAL LUTERANOS. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

KLUG, J. **A escola teuto-catarinense a o processo de modernização em Santa Catarina** – a ação da igreja luterana através das escolas (1871-1938), 1997, 261s. Tese (Doutorado História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

KLUG, J. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro – Florianópolis. Florianópolis: Papa Livro, 1994.

KREUTZ, L. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, T. L. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994, p. 27-64.

LAGENEST, J. P. B. **Elementos de Sociologia da Religião**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LUTERO, M. Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola. In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, v. 5, 1995, p. 326-363.

_____. Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, v. 5, 1995, p. 302-325.

MÜLLER, T. L. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

_____. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: MÜLLER, T. L. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994, p. 65-74.

NAGLE, J. A educação na primeira república. In: HOLLANDA, S. B. **História geral da civilização brasileira**, 4. ed. Tomo III, v. 2, livro 3º., 1997, p. 261-291.

PREFEITURA DE GUARAMIRIM. Disponível em: <<http://guaramirim.sc.gov.br/guaramirim-nossa-terra-nossa-gente-historico-do-bairro-bruderthal/>>. Acesso em: 24 maio 2017.

RAMBO, A. B. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica, a Associação de Professores e a Escola Normal**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO IECLB. Disponível em: <http://redesinodal.com.br/portaledge/?page_id=92>. Acesso em: 24 maio 2017.

SANTOS, A. V. As escolas alemãs em Santa Catarina e sua transformação para teuto-brasileiras: uma análise histórica. **Acta Scientiarum.Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 233-242, July-Dec., 2014.

SANTOS, A. V. Práticas educativas em escolas alemãs de acordo com relatórios da Companhia Colonizadora Hanseática de Hamburgo. In: ANPED, 31. **Anais**. Caxambu, 2008. CD-ROM.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

VOLKMANN, M. Lutero e a Educação. In: DREHER, M. N. (Org.). **Reflexões em torno de Lutero**, v. II. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 93-105.

WEIDUSCHADT, P. Revista O Pequeno Luterano: leitores e correspondências. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, n. 2 (32), p. 159-187, mai./ago. 2013.

WEIDUSCHADT, P. **A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas – RS (1931-1966)**, 2012, 273s. Tese (Doutorado em Educação) – UNISINOS, São Leopoldo.

WEINGAERTNER, N. **XV Concílio Regional da 2ª. Região Eclesiástica da IECLB**, 1997, (impresso).

WEREBE, M. J. G. A educação. In: HOLANDA, S. B. **História geral da civilização brasileira**, 5. ed. t. 2, v. 4, 1995, p. 366-383.

FONTES

AUSZUG aus den Schulberichten im Bezirk Itapocú pro 1904. Hammonia, 1905.

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CORUPÁ. [194?]. **Carteira de Identidade Eclesiástica no. 00099**. [S.l.:s.n.].

FRÜCHTING, W. J. O. Entrevistas concedidas a Ademir Valdir dos Santos. Corupá, jun./jul., 1998.

Hinos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, s.n.t.

JAHRESBERICHT 1904 über die 5 Hansaschulen des Bezirks Hercilio, erstattet von Schulinspektor Dr. Aldinger. Hammonia, 1905.

OBRIGAÇÃO. Hansa, 1929.

TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE. Hammonia, 1918.

DADOS DOS AUTORES:

ADEMIR VALDIR DOS SANTOS

Doutor em Educação. Professor e pesquisador do Departamento de Estudos Especializados em Educação, do Centro de Ciências da Educação e Informação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Instituições Escolares de Santa Catarina (GEPHIESC). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC - Brasil. ademir.santos@ufsc.br

ELCIO CECCHETTI

Doutor em Educação. Professor de Educação Superior da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Chapecó/SC - Brasil. elcio.educ@hotmail.com

Submetido em: 30/05/2017

Aceito em: 14/06/2018